



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Paisagem: entre teoria e boas práticas na América Latina

V 12 | n 22 | jan-jun 2023

Patrimônio em transformação: a dinâmica dos acervos vivos

Claudia M. Storino; José W. Tabacow



Edição eletrônica

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nau.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

STORINO, Claudia M.; TABACOW, José W.. Patrimônio em transformação: a dinâmica dos acervos vivos. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 12, n. 22, p. 120-146, jan-jun 2023. Semestral.

© NAUI

Patrimônio em transformação: a dinâmica dos acervos vivos

Claudia M. Storino¹
José W. Tabacow²

Resumo

À luz da natureza polissêmica da ideia de paisagem, o artigo faz uma reflexão sobre os desafios relativos à gestão e proteção de bens inscritos pela Unesco como Patrimônio Mundial como Paisagens Culturais. Examina-se como as Cartas da Paisagem contribuem na elaboração de Planos de Gestão e relacionam demandas surgidas na candidatura do Sítio Roberto Burle Marx a Patrimônio Mundial, na qual o acervo vivo teve um papel central, identificando pontos que necessitam maiores definições e procedimentos.

Palavras-chave: paisagem; patrimônio cultural; patrimônio mundial.

Abstract

In light of the polysemic nature of the notion of landscape, the article reflects on the challenges related to the management and protection of Unesco World Heritage properties inscribed as Cultural Landscapes. It examines how Landscape Charters contribute to the elaboration of Management Plans and describes demands arising from the World Heritage candidacy of Sítio Roberto Burle Marx, in which the living collection played a central role, identifying issues that need further definition and procedures.

Keywords: landscape; cultural heritage; world heritage.

¹ Claudia Storino é arquiteta e *designer*, mestre em Memória Social pela Unirio e especialista em Preservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos. Entre 1986 e 2009, integrou o quadro técnico do Iphan; de 2009 a 2012, foi coordenadora de Espaços Museais, Arquitetura e Expografia do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e, desde julho de 2012, de volta ao Iphan, dirige o Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx. Email: claudia.storino@iphan.gov.br.

² Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UFRJ (1968), especialista em Ecologia e Recursos Naturais pela UFES (1991) e doutor em Geografia pela UFRJ (2002). Professor de Paisagismo nos cursos de Arquitetura da Unisul entre 2000 e 2012, Univali, entre 2000 e 2002 e Católica-SC. Consultor *ad hoc* do Portal Vitruvius e da Universidade Mackenzie. sócio-diretor de José Tabacow Arquitetura da Paisagem e Consultoria Ambiental Ltda.; consultor do Iphan no dossiê de candidatura a Patrimônio Mundial – Unesco. Email: jtabacow@gmail.com.

RELAÇÃO DE FOTOGRAFIAS

IMAGEM	PÁGINA	LEGENDA	REFERÊNCIA
1	9	Panorama do Jardim dos Lagos. Acervo RBM/Iphan. Foto Oscar Liberal/Iphan	OHL
2	12	Chegando a Rondônia – Excursão à Amazônia, agosto de 1983. Foto: José Tabacow	Amazonas83_042
3	15	Viveiro de plantas. Acervo SRBM/Iphan. Foto: Oscar Liberal	OHL 6560
4	19	“Lagos de Baixo”. Ao fundo, matacões (<i>boulders</i>) com a perspectiva favorecida pelos lagos. Acervo SRBM/Iphan. Foto: Oscar Liberal	OHL 7008
5	20	Jardim frontal à “Casa de Roberto”: Distribuição nítida, com vegetação disposta em grupos com a mesma espécie, um princípio de Burle Marx em muitas de suas composições vegetais. Acervo SRBM/Iphan. Foto: Oscar Liberal	OHL 8918
6	21	Parte posterior da “Casa de Roberto”, que foi gradativamente sendo ocupada pela coleção de <i>Velloziaceae</i> . O processo descaracterizou o jardim antes existente. A disposição estética dos conjuntos vegetais foi substituída por um conjunto de plantas com distribuição sob critérios taxonômicos de coleção. Acervo SRBM/Iphan. Foto: Oscar Liberal	OHL 8393
7	22	“Lagos de Baixo”. Ao fundo, matacões (<i>boulders</i>), com perspectiva favorecida pelos lagos. Foto: Oscar Liberal	OHL 1205

Introdução: A polissemia da paisagem

O estudo da paisagem integra o escopo de diversas disciplinas acadêmicas, entre elas a geografia, a arqueologia, a arquitetura e a ecologia (RIBEIRO, 2007, p. 10). Para cada uma, os conceitos definidores do termo variam na concepção, sobrepõem-se e derivam o sentido, dando-lhe clara característica polissêmica e tornando a ideia de paisagem de grande dificuldade para se estabelecer no âmbito científico. Necessita de maior definição teórica, para que a análise e o cruzamento de informações, hipóteses e conclusões possam ser efetuados com maior segurança

conceitual³. Adicione-se que, para dificultar ainda mais o delineamento da ideia de paisagem, bem como de sua proteção, há que se considerar a complexidade que decorre do fato de que elas, em qualquer de suas variadas acepções, incluem propriedades de dinamismo que, em maior ou menor medida, modificam-lhes aspectos, características e processos.

Neste sentido, muitos documentos importantes têm sido estabelecidos em reuniões, congressos, encontros multidisciplinares, como tentativas de estabelecer conceitos, ainda que convencionais, que possam funcionar como definidores mais satisfatórios, trazendo maior clareza nas discussões sobre o assunto que, como examinaremos aqui, ainda carece de entendimentos mais amplos, abrangentes, sem perder aquela concisão que os torna mais definidos e eficientes.

Entre tais documentos, dois são de citação obrigatória e têm balizado quase todos os demais, que os reafirmam e os reforçam: a definição da categoria de paisagem cultural para a inscrição como Patrimônio Mundial pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) e a CEP (Convenção Europeia da Paisagem). Entretanto, tais textos constituem disposições genéricas. Explicitam critérios e formulações de caráter patrimonial, isto é, que conservem as características e princípios que tornaram uma paisagem (ou um jardim histórico) singular e merecedora de maior preocupação. Quase como um documento de intenções, defendem princípios de gestão e de intervenção sem prejuízo das peculiaridades que identificam diferenciais e que tornam aquele exemplo único em suas características. Mas, como é compreensível, não podem chegar a estabelecer ações concretas e específicas para cada caso de cada bem. Os Planos de Gestão e Intervenção de cada um é que terão que estabelecer normas e procedimentos objetivos, em função dos fatores e atributos envolvidos em cada caso. Como então deverão proceder os gestores, enquanto tais definições ainda parecem longe de vir à luz? Diante de tais incertezas, a concepção do que seja paisagem – incluindo jardins – bem como as metodologias de interferências, decorrentes dessa concepção, é que, inicialmente, vão orientar os processos de sua identificação e preservação.

Uma fonte importante de informação são os variados documentos internacionais de caráter indicativo, conhecidos como Cartas Patrimoniais, os quais, não se destinando a fornecer normas ou diretrizes objetivas para aplicação imediata, constituem uma base deontológica para

³ Segundo Ribeiro (*op. cit.*), conceito é uma representação mental de um objeto abstrato ou concreto, que se mostra como um instrumento fundamental do pensamento, em sua tarefa de identificar, descrever e classificar os diferentes elementos e aspectos da realidade. Assim, dão precisão teórica e descritiva à discussão acadêmica.

a preservação dos bens culturais, visando orientar e uniformizar as práticas em torno da proteção desses bens. Nesse âmbito estão situadas as Cartas da Paisagem.

Durante o quadragésimo sétimo Congresso Internacional de Arquitetura da Paisagem da IFLA (International Federation of Landscape Architects), realizado em 2010 na cidade de Suzhou, China, os países-membros da organização assumiram o ambicioso compromisso de desenvolver Cartas da Paisagem em escala continental, que seriam sínteses de Cartas nacionais para cada integrante daquele continente, como parte do processo de elaboração de uma Carta e eventualmente uma Convenção da Paisagem em nível planetário. O destaque seria para o tema do direito à paisagem como bem coletivo. Claro, tal documento seria de grande complexidade tendo em vista as diferentes acepções de paisagem, como foi até aqui comentado, e a ampla diversidade geográfica, histórica, social, ambiental e cultural dos que definiriam os distintos conceitos visando tal escala universal (SOEIRO *et al.*, 2021, p. 4).

Nas Américas, a iniciativa de atender ao compromisso com a IFLA partiu da Colômbia, que estruturou um movimento continental, LALI (*La Iniciativa Latinoamericana del Paisaje*), promovendo a redação da *Carta Latinoamericana del Paisaje*, cuja concepção, ao extrapolar para todo o continente, chega a ser designada de *Carta del Paisaje de las Américas* (SOEIRO *et al.*, 2021, p. 5). Dezesesseis dos países filiados à IFLA elaboraram suas Cartas Nacionais da Paisagem, incluindo o Brasil. Alguns simplesmente transcreveram literalmente as premissas contidas naquele documento original ou na matriz de origem, representada pela Carta Europeia da Paisagem. Outros discutiram e elaboraram suas próprias Cartas, tendo em mente a consideração de características específicas de seus respectivos territórios, de suas paisagens mais originais e de sua cultura.

Soeiro *et al.* (*op. cit.*, 2021, p. 5) indagam em que medida a *Carta del Paisaje de las Américas* constitui um instrumento e, se o for, se “garante o direito à felicidade como bem patrimonial coletivo das Américas”, objetivo inicial das mencionadas Cartas. Os autores, *a priori*, supõem que o gênero discursivo Carta da Paisagem não ultrapassa a condição de uma Declaração de Princípios. Tal opinião, ainda que apriorística, argumenta:

a *Carta del Paisaje de las Américas*, assim como outras Cartas já redigidas nas Américas, não é um instrumento em si, mas um documento que declara princípios éticos fundamentais em volta da paisagem. Esses princípios, por sua vez, embasariam a construção de instrumentos de gestão, planejamento e intervenção nas paisagens (SOEIRO *et al.*, 2021, p. 5).

Desta forma, conclui-se que estamos ainda a alguma distância de se poder considerar os documentos patrimoniais como real ferramenta com aplicabilidade em gestão e conservação da paisagem. Ressalvando que, em função do que até aqui foi exposto, podemos estender essa conclusão também aos jardins, notadamente aos protegidos como patrimônio cultural.

Tomemos um exemplo: a paisagem cultural (ou o jardim histórico) do Museu da República, no Rio de Janeiro, protegida por tombamento pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que sofreu significativa intervenção de Paul Villon (1841-1905), em 1897 (SANTOS *et al.*, 2019, p. 18). Com inspiração nos jardins ingleses dos séculos XVIII e XIX, o conjunto tem como elemento de conexão visual dominante na composição os extensos gramados livres que caracterizam aquele período da história dos espaços abertos. Entretanto, alguns fatores ambientais do entorno, assim como do próprio parque, mudaram as condições físicas de forma comprometidora: as mais dramáticas dizem respeito a numerosos edifícios altos que, construídos no século XX, agora projetam suas sombras nas áreas de gramados, tornando-os falhados e sem um desenvolvimento minimamente aceitável para os objetivos com que foram ali previstos. A mesma patologia se verifica onde as árvores tiveram grande desenvolvimento, criando também densas sombras em algumas áreas gramadas sob suas copas. Qualquer iniciativa de restauro com a mesma espécie de grama se tornou inviável, porque a mencionada espécie é heliófila. Entretanto, nenhum dos documentos examinados indica o procedimento ou estratégia mais adequada que, certamente, descaracterizará a ideia de um gramado como elemento de ligação visual entre os grupos de vegetação ali incluídos. Como proceder? Haveria várias hipóteses a considerar. Por exemplo, assumir as falhas dos gramados, ou substituir aquela espécie por outra que proporcione, na escala do conjunto, os efeitos visuais que a planta original consagrou. Ou ainda alguma solução híbrida, em que os vazios seriam preenchidos com outra espécie, no entanto forçosamente umbrófila e, portanto, distinta em aspecto, talvez até contrastante com a proposição original. Como proceder, diante de tal fato? Que plano de gestão de algum jardim histórico determina como fazer a intervenção em tal caso?

Outro exemplo importante se relaciona com a obra de Roberto Burle Marx (1909-1994), em Recife, Pernambuco. O conjunto moderno da Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e seu jardim histórico, de autoria do paisagista⁴ foi objeto de estudo e posterior publicação por professores e alunos da Universidade Federal de Pernambuco (SILVA, J. M. da *et al.*, 2018). Na análise da situação do jardim histórico, há menções a duas

⁴ Em coautoria com os arquitetos paisagistas José Tabacow e Haruyoshi Ono.

interferências que comprometem parcialmente a autenticidade e a integridade daquelas obras: 1) A construção de rampas de concreto, antes inexistentes, quer no projeto arquitetônico, quer no paisagístico, que foram ali instaladas para atender às necessidades de acesso de pessoas com deficiências de locomoção; e 2) A substituição, pouco tempo depois da inauguração do conjunto, de uma parte significativa dos jardins, aparentemente feita à revelia dos autores, para aumentar a área de estacionamento.

Considerando que ambas as interferências se acham consolidadas pelo tempo decorrido, perdeu-se qualquer possibilidade de se restaurar a situação original. Mas o estudo também menciona profundas alterações no elenco da vegetação, causadas por brotação espontânea de espécies, plantios inadequados feitos por pessoas desavisadas, mau estado de saúde de muitos indivíduos, notadamente os arbóreos, e demais formas de deturpação de jardins históricos, aliás, bastante frequentes em outros jardins pela falta de cuidados e fiscalização adequada.

As limitações e implicações da compatibilização dos critérios do patrimônio mundial aos jardins do Sítio Roberto Burle Marx, que serão abordadas mais adiante, são naturalmente impactadas por essas e outras questões. Elas afloraram durante o processo de candidatura à chancela de Patrimônio Mundial da Unesco e foram objeto de profunda discussão pela numerosa equipe multidisciplinar encarregada do respectivo dossiê, bem como com os técnicos do Icomos (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios⁵) e com consultores externos e colaboradores. Um relato acurado deste processo ajudará a entender todas as implicações e imbricações das dificuldades do delineamento dos conceitos envolvidos, suas diversas interpretações e opções polissêmicas de enquadramento.

Sítio Roberto Burle Marx: arte, ciência, técnica, encantamento

que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balanças nem barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós.

Manoel de Barros

⁵ O Icomos é uma organização internacional não governamental composta por profissionais, especialistas, representantes de autoridades locais, empresas e organizações de patrimônio dedicada à conservação e valorização do patrimônio arquitetônico e paisagístico no mundo, e atua como órgão consultivo da Unesco para assuntos do Patrimônio Mundial relacionados ao patrimônio material.

I – Sítio Roberto Burle Marx: Local singular, realizações plurais

No bairro de Barra de Guaratiba, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, há uma propriedade de 40 hectares onde uma excepcional coleção botânica convive em equilíbrio dinâmico com a vegetação nativa. Essa propriedade constitui o mais eloquente testemunho da vida e da obra do paisagista Roberto Burle Marx e de sua conexão com a natureza.

A propriedade denominada Sítio Santo Antônio da Bica, remanescente de um antigo engenho setecentista, foi adquirida em 1949, com o objetivo de abrigar a coleção botânica de Burle Marx e viabilizar a avaliação das possibilidades de aplicação em projetos paisagísticos das espécies vegetais por ele coletadas. Os terrenos foram escolhidos depois de longa procura, por atenderem aos requisitos determinados pelo uso pretendido: diversidade morfológica, rochas afloradas, água abundante, solo adequado, ambiente de entorno suficientemente íntegro e protegido da especulação imobiliária (RIZZO, 2009, p. 31).⁶

O presente artigo apresenta algumas reflexões acerca dos desafios a serem enfrentados na estruturação de um planejamento institucional objetivando a garantia de preservação do bem cultural, especialmente no que se refere ao seu acervo vivo e aos jardins produzidos no Sítio Roberto Burle Marx, em seu caráter de obra de arte e como discurso em prol da valorização e da conservação da flora tropical.

Produto do empenho e da inventividade de Roberto e de seu irmão, Guilherme Siegfried, o sítio desenvolveu-se incorporando gradualmente elementos de infraestrutura, arquitetura, horticultura e paisagismo; esse processo resultou num conjunto cuja parte agenciada representa aproximadamente um terço da área total de 405.000m², contendo 13.000m² de viveiros de plantas, sete lagos, diversas edículas e oito edificações (o prédio da Administração, a Casa de Pedra, a Casa de Roberto, a Loggia, a Capela, a Cozinha de Pedra (salão de festas), a Lavanderia e o Ateliê), tudo isso permeado e integrado por jardins e paisagens que materializam, com excepcional resultado plástico, as premissas técnicas, conceituais, culturais, estéticas e científicas que embasaram o paisagismo tropical moderno, novo paradigma no campo do paisagismo mundial proposto por Roberto Burle Marx. Um bom exemplo disso é o Jardim dos Lagos, situado junto à entrada do sítio (figura 1).

⁶ A frequente invasão de terrenos, favorecida pela fragilidade da governança fundiária na zona oeste do município do Rio de Janeiro, confirma a importância crucial da proteção contra a especulação imobiliária, tanto para a preservação do sítio patrimônio cultural quanto para o seu entorno (*buffer*) e para a região, garantindo o desenvolvimento e a qualidade de vida locais.

Figura 1 – Panorama do Jardim dos Lagos. Acervo SRBM/Iphan.



FONTE: Oscar Liberal.

A valorização da flora tropical se evidencia como intenção de fundo do poderoso discurso tecido pelo paisagista em seu sítio. Num trecho do documentário “Burle Marx”, produzido pela TV Brasil, o paisagista expressa essa ideia em suas próprias palavras:

Eu estou mostrando um pouco aquilo que o Brasil tem de extraordinário, maravilhoso. Por isso, cada dia que eu chego aí eu estou diante de um pedaço que parece uma oração, que parece um poema, que parece um cântico em que a natureza se expressa com a violência que ela tem de beleza e de razão de existência” (TV BRASIL, “*Burle Marx*”, 2010, 7:19).

Essa afirmação revela a profunda admiração de Burle Marx pelo universo vegetal e por sua coleção, um vasto repertório vivo de possibilidades de criação em perspectiva estética. O sítio nasceu com a capacidade de produzir encantamento, impactar sentidos e mobilizar afetos.

A coleção botânica conta com aproximadamente três mil e quinhentas espécies de plantas, com ênfase em plantas tropicais autóctones do Brasil; é cultivada em viveiros e ao ar livre, compondo, nos mais de 140.000m² de espaços agenciados, os jardins e áreas de cultivo

nos quais o elemento vegetal, organizado numa perspectiva paisagística, atua como ligação e integração entre os variados espaços, constituindo ao mesmo tempo uma excepcional obra de expressão artística e uma coleção de importante valor científico. Esse acervo vegetal, que traça um panorama especial da flora brasileira, é resultado de um colecionamento sistemático realizado ao longo de toda a vida e de expedições às diversas regiões fitogeográficas do País.

II – Laboratório estratégico: experiências do crescimento profissional

Os espaços ajardinados impactam os sentidos e as emoções do visitante pela diversidade e pela expressão estética da articulação magistral de formas, cores e volumes. Razão de ser e elemento central do Sítio Roberto Burle Marx, a vegetação cultivada se integra e interage com a mata nativa, a topografia e os acidentes naturais do terreno e com elementos artísticos e arquitetônicos de diferentes épocas, resultando numa paisagem singular. Esse conjunto representa o “cadinho” onde Burle Marx realizou as experimentações técnicas, estéticas e científicas que fundamentaram o desenvolvimento do conceito de jardim tropical moderno e sua aplicação em mais de dois mil jardins em diversas partes do mundo. Segundo ele: “(...) Não seria possível fazer jardins sem o meu cadinho, o lugar onde eu fiz as experiências, onde eu fui aprendendo a conviver com as plantas” (TV Brasil, “Burle Marx – De Lá Pra Cá”, 2009 – 2:40).

O termo cadinho, ou crisol, utilizado por Roberto Burle Marx para se referir ao sítio, denomina o recipiente utilizado para fundição de minérios ou a realização de reações químicas, e remete também às operações alquímicas que visavam à transmutação do chumbo em ouro, do imperfeito no perfeito. Por extensão, pode-se compreender um “cadinho” como *locus* de realização de experiências, lugar onde coisas ou pessoas se misturam, se amalgamam, se transformam.

A metáfora do cadinho não é mera força de expressão ou referência fortuita. Há um paralelismo entre a atividade dos alquimistas em sua busca pela pedra filosofal, pela transmutação da matéria, e o papel do Sítio Santo Antônio da Bica na produção do jardim tropical moderno, constituindo-se no lugar onde os elementos foram misturados, em circunstâncias específicas, de modo a produzir uma obra nova, com novos princípios e nova expressão plástica. O empenho intenso e constante de Burle Marx na construção da coleção botânica; sua concentração no desenvolvimento do conhecimento científico necessário ao cultivo, à reprodução e à utilização das espécies; a dedicação permanente na realização dos experimentos, juntando os diversos elementos vegetais sob os determinantes naturais de terra,

água e luz, em busca dos resultados estéticos que o tempo se encarregaria de amadurecer, sustentam a metáfora.

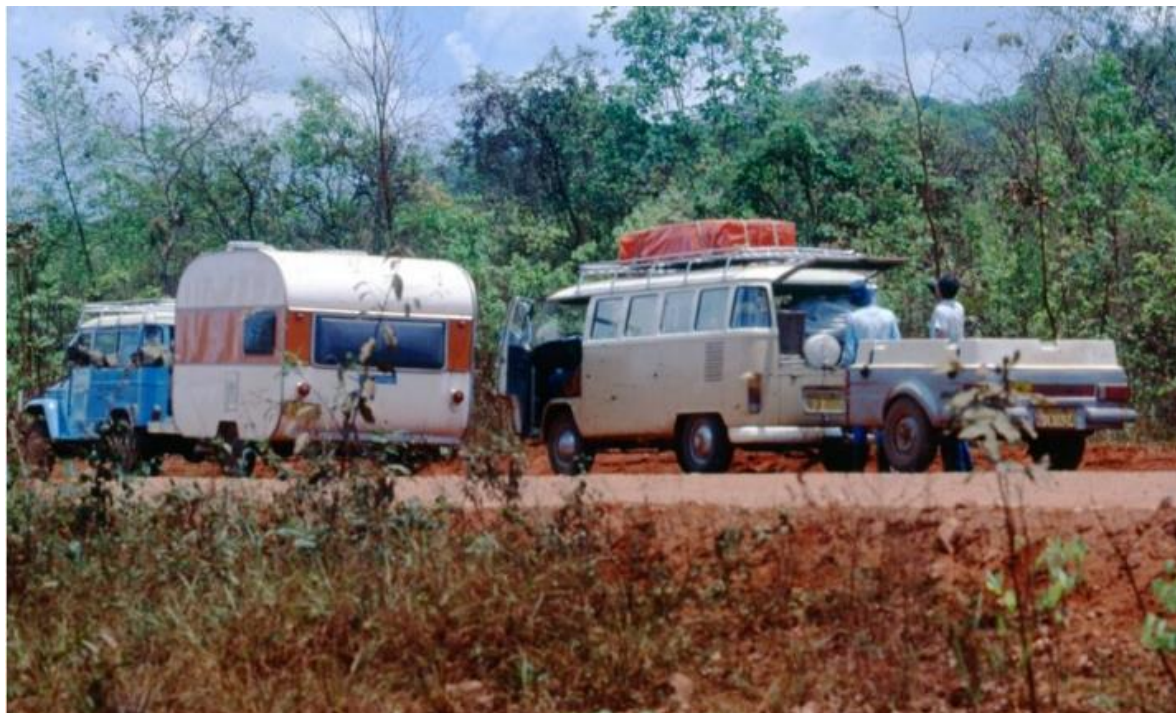
A paisagem ajardinada do sítio, produzida organicamente, sem projeto técnico prévio, difere dos mais de dois mil jardins projetados pelo paisagista ao redor do mundo. Formou-se por um processo contínuo de criação-experimentação, à medida que Roberto compunha, em setores diferentes da propriedade e de acordo com seus elementos físicos (topografia, solo, rochas, água), arranjos experimentais de plantas com base nas associações botânicas existentes na natureza.

A observação e o conhecimento da natureza são o fundamento de todo esse processo criativo. No Depoimento Pessoal contido no livro *Arte & paisagem: conferências escolhidas* (TABACOW, 2004, p. 15-21), Roberto relata a experiência da observação das plantas em seu hábitat nas excursões realizadas e a construção do conhecimento no convívio com amigos botânicos como Adolpho Ducke, João Geraldo Kuhlmann, Henrique Lahmeyer de Mello Barreto, Aparício Pereira Duarte, Graziela Maciel Barroso, “na busca constante por novas plantas, com novas formas” e “na intenção de compreender as formas de vida por elementos como a cor, o volume, o ritmo e o movimento”. Burle Marx explicita a importância dessas experiências na criação de seus jardins:

Toda a experiência que adquiri em viagens, em tantos anos de trabalho, induziu-me a procurar compreender a natureza, tanto em superfície quanto em profundidade. Preocupe-me com a riqueza manifestada pela flora do meu País, onde as mais inusitadas adaptações se verificam. Nelas, forma, cor e função criam ritmos, que também expressam a vida. Daí querer poder aplicá-los aos jardins, consciente de que, sem essa compreensão, jamais poderia chegar a um resultado da profundidade a que aspiro” (TABACOW, 2004, p. 20).

Um bom exemplo dessas experiências é a expedição científica à Amazônia (figura 2), realizada por Burle Marx aos 74 anos de idade (ilustrada na foto a seguir, feita por José Tabacow, que integrava a equipe), na qual, em 53 dias, botânicos, arquitetos paisagistas e fotógrafos percorreram mais de 10 mil quilômetros, entre o Rio de Janeiro e Boa Vista, dedicando-se à observação, coleta, documentação, catalogação e embalagem de plantas vivas (SIQUEIRA, 2001, p. 7).

Figura 2 – Chegando a Rondônia – Excursão à Amazônia, 1983.



FONTE: José Tabacow, agosto de 1983.

Como conjunto de edificações, coleções de objetos, espaços de cultivo e jardins, o Sítio Roberto Burle Marx é uma expressão completa do modo de estar no mundo de seu criador e dos campos do conhecimento que fundamentam a sua concepção de paisagismo. Pode ser considerado como uma obra de arte composta por um excepcional repertório vegetal em diálogo com a vegetação nativa, topografia, luz, água, arquitetura, escultura, pintura e outras variadas expressões artísticas.

III – Palimpsesto de experiências: dinâmicas da evolução do paisagismo

Roberto Burle Marx considerava o jardim como uma obra de arte em quatro dimensões, para cuja efetivação o tempo constitui um elemento indispensável. No documentário produzido em 1992 pela British Broadcasting Corporation (BBC), o paisagista afirma: “Um jardim é sempre uma questão de tempo. O tempo completa as ideias. (...) um jardim nunca será um problema bidimensional; é um problema tridimensional, e mais que isso: tem uma quarta dimensão, na medida em que se atravessa o tempo e o espaço” (BBC, “Lost Paradise: The Gardens Of Roberto Burle Marx”, 1992).

Os jardins resultam, portanto, de um acúmulo de conhecimento científico que os precede e permeia. Burle Marx cercou-se de especialistas com os quais aprendeu continuamente; junto com seus colaboradores, coletou plantas incansavelmente, realizando expedições aos diversos biomas brasileiros; aclimatou, cultivou e observou cotidianamente as plantas coletadas, aprendendo sobre modos de cultivo e reprodução, necessidades, associações possíveis entre as espécies. A partir desse conhecimento acumulado, passou a distribuir as plantas no terreno, organizando seus volumes, cores e texturas em arranjos baseados no conhecimento científico, nas características da flora e nos princípios estéticos modernos.

As paisagens do sítio foram, como foi dito, desenvolvendo-se organicamente ao longo do terreno, sem um projeto técnico previamente elaborado; resultam da potência de vida, do processo de viver a vida, do conhecimento e da capacidade criadora de Burle Marx. Amigos, parceiros de trabalho e colaboradores destacam as características orgânicas e singulares do sítio. O arquiteto e professor italiano Giulio G. Rizzo⁷ descreve:

Delineia-se, de certa forma, o projeto da paisagem do sítio – um dos tantos projetos realizados no local, sem qualquer desenho preliminar, estudando e percebendo as características profundas do local – concebido como uma série de áreas diferentes nas quais buscou reproduzir as características das várias regiões fitogeográficas do Brasil – condição essencial para a sobrevivência e a reprodução das plantas que para lá trazia das várias partes do Brasil e do mundo (RIZZO, 2009, p. 43).⁸

A relação dos jardins do sítio com a natureza e o entorno é característica de um conceito de paisagismo que se conecta com a floresta. Nessa conexão, reside um aspecto marcante do sítio: ser indivisível, como uma floresta; conviver e interagir com a fauna, a água, as nascentes.

A propriedade tem aura. É um todo que supera a soma de suas partes, ultrapassa as características físicas mensuráveis e as expressões plásticas passíveis de descrição e registro por uma perspectiva analítica; é uma síntese que incorpora o intangível e o imponderável. Essa

⁷ Giulio G. Rizzo é arquiteto, foi professor titular e coordenador da pós-graduação em Design da Paisagem da Universidade de Florença; autor de diversas publicações, duas delas dedicadas à obra de Roberto Burle Marx: *Il giardino privato di Roberto Burle Marx: Il sítio. Sessant'anni dalla fondazione. Cent'anni dalla nascita di Roberto Burle Marx* (Gangemi Editore, 2016) e *Roberto Burle Marx. Il Giardino del Novecento* (Cantini Editore, 1993).

⁸ “Si delinea, per certi versi, il progetto di paesaggio del sítio – uno dei tanti progetti fatti sul luogo, senza alcun disegno preliminare, studiando e percebendo le caratteristiche profonde del sito –, concepito come una serie di aree differenti nelle quali ha cercato di riprodurre le caratteristiche delle varie regioni fitogeografiche del Brasile – condizione primaria per la sopravvivenza e la riproduzione delle piante che vi portava dalle varie parti del Brasile e del mondo”. Tradução livre dos autores.

aura tem uma capacidade de comunicação instantânea, subjetiva, não verbal, que produz encantamento e dialoga com a sensibilidade de cada visitante.

Percebe-se o impacto da energia da capacidade criadora do artista na descrição feita por Robério Dias⁹ da produção da paisagem de um dos lagos:

Numa excursão que fizemos à Bahia, na volta, ele nos chamou a todos para o sítio, o que não era normal. Disse que tínhamos algo para fazer. No dia seguinte, às 6h da manhã, já estava cantando óperas, acordando todo mundo. Chamou os jardineiros e veio com o caminhão, ainda carregado, de marcha à ré até próximo ao lago. Ali distribuiu as plantas, umas aqui, outras acolá, e fez uma composição que ocupava todo o terreno em forma de anfiteatro. Achei aquilo sensacional, porque era como criar uma sinfonia ao reger (DIAS, 2009).

Reconhecendo a singularidade dos jardins do sítio, importa por outro lado sublinhar seu caráter de laboratório de experimentação. É um aspecto que torna a propriedade única e a diferencia da grande maioria dos jardins históricos, pois implica a admissão de certa mobilidade das espécies, determinada pela necessidade de sua preservação e multiplicação, bem como pela dinâmica que se estabelece entre os “sombrais” (viveiros de plantas) e o “campo” (áreas abertas do sítio). Em sua atuação no sítio, Burle Marx não tinha compromisso com a composição de suas paisagens; havia uma dinâmica permanente, ele intervinha nelas com liberdade, alterando-as sempre que surgissem novas prioridades. Era preciso poder experimentar e aprender com as plantas da coleção, descobrir de que modo adaptar ao sítio a vegetação transportada de outro ecossistema, e nem sempre os experimentos resultavam como imaginado. Um bom exemplo dessa dinâmica é a paisagem da parte de trás da casa, onde inicialmente havia um jardim, que foi substituído pela coleção de Velloziaceae, “considerada a maior do mundo” (CALC, 1995, p. 134). Robério Dias comenta os desafios enfrentados para a composição dessa coleção e sua adaptação ao sítio:

Roberto adorava essas plantas, mas não arriscava mais trazê-las porque achava que morriam. Até o dia em que conheceu a Nanuza Menezes, outra excepcional botânica, que lhe contou o segredo: “Ela não morreu, Roberto, parece que está morta, mas é só continuar regando que ela revive”. A partir daí, Roberto fez excursões, às vezes quase que só para buscar velózias (DIAS, 2009).

⁹ Robério Dias é paisagista, especializado em Engenharia do Meio Ambiente e doutor em Geografia, professor adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trabalhou muitos anos no escritório de paisagismo Burle Marx & Cia., foi diretor do Sítio Roberto Burle Marx de 1995 a 2011 e coordenador do Curso de Composição Paisagística da Escola de Belas Artes da UFRJ, de 2012 a 2016.

Na manutenção dos jardins e paisagens, o trabalho humano, a infraestrutura física e as atividades administrativas que viabilizam o cultivo, a preservação e a propagação das espécies da coleção botânica desempenham papel fundamental. Uma equipe multidisciplinar composta por profissionais de jardinagem, botânica, paisagismo, engenharia agrônoma, auxiliares e outros técnicos atua diretamente na manutenção cotidiana dos jardins e viveiros, norteados pelo conhecimento construído ao longo do tempo na experiência do trato com as espécies da coleção e transmitido, na prática, dos funcionários mais antigos aos mais novos. Para que esse trabalho se realize a contento é preciso que a equipe disponha de indumentária, equipamentos, ferramentas, materiais e produtos em quantidade e qualidade suficientes, bem como de veículos e vias de acesso e condições adequadas de funcionamento. E, naturalmente, água. Existem no sítio duas nascentes que alimentam um grande reservatório situado na parte da encosta acima da área agenciada, além de dois poços artesianos, caixas d'água, um sistema de irrigação e uma ampla rede de distribuição de água.

Os oito viveiros de plantas são elementos fundamentais dessa infraestrutura e estão intimamente ligados à própria razão de existência do sítio, pois se destinam à aclimação, ao cultivo e à propagação das plantas coletadas por Burle Marx. Ocupam uma área de aproximadamente 13.000m², coberta por telas especiais de polietileno para sombreamento, sustentadas por estruturas de concreto e aço, conforme ilustra a figura 3, cuja função é proporcionar as condições ambientais necessárias para a reprodução e sobrevivência das espécies que não suportam a luz direta do sol, como as de sub-bosque ou as epífitas. São milhares de plantas, de variadas procedências, como filodendros, begônias, orquídeas, bromeliáceas e muitas outras. Nesses viveiros, é mantida grande parte da coleção botânica, fonte de pesquisas e de produção de conhecimento. As plantas são ali aclimatadas, multiplicadas e estudadas, permitindo o aprendizado de suas exigências, fragilidades e modos de cultivo.

Figura 3 – Viveiro de plantas. Acervo SRBM/Iphan.



FONTE: Oscar Liberal.

Todo o conjunto constitui, portanto, um grande bem cultural, uma obra de arte, técnica e ciência, resultante de um intenso e prolongado investimento de recursos financeiros, criatividade e energia vital.

Esgarçando as fronteiras entre o patrimônio material e o imaterial, entre a arte popular e a arte erudita, o Sítio Roberto Burle Marx atesta que, na vida real, natureza e cultura, arquitetura e paisagem natural, urbano e rural estão mais conectados do que frequentemente se imagina (IPHAN, 2019, p. 255); além disso, a atuação de Roberto Burle Marx no mundo, criando e inspirando jardins e outras tantas obras, e o seu enraizamento no sítio indicam que o local e o global estão articulados e que essa articulação não é um fenômeno exclusivo do denominado pós-modernismo.

Na perspectiva da preservação das paisagens do sítio como patrimônio cultural, cabe considerar que, diferentemente da maioria dos bens culturais materiais, a paisagem do sítio é uma obra de arte viva, em permanente transformação, que demanda por sua natureza um trabalho permanente, cotidiano, de conservação, que exige inclusive uma periódica substituição de seus elementos constitutivos.

IV – Trajetória rumo ao reconhecimento: a consagração da casa

Em 1984, o Sítio Santo Antônio da Bica foi tombado como patrimônio cultural do Estado do Rio de Janeiro. No ano seguinte, visando garantir sua preservação, Burle Marx doou o sítio com todo o seu conteúdo ao governo federal, sob a guarda da Fundação Nacional Pró-Memória, instituição que mais tarde foi sucedida nessa atribuição pelo Iphan. Atendendo ao disposto na escritura de doação, o sítio passou então a ser denominado Sítio Roberto Burle Marx. Nesse mesmo ano, foi aberto o processo de tombamento federal, por meio do qual foi declarado Patrimônio Cultural Brasileiro.

Burle Marx viveu no sítio até sua morte, em 1994; no ano seguinte, o sítio foi aberto à visitação pública. A morte do artista produziu uma transformação no caráter da propriedade, que passou a incorporar uma camada adicional de sentido: a de instituição de memória. Roberto, que havia sido o primeiro diretor do sítio, tendo como vice-diretor o arquiteto paisagista José Tabacow e, posteriormente, a arquiteta paisagista Fátima Gomes, foi substituído nessa função, sucessivamente, pelos paisagistas José Tabacow e Robério Dias, que haviam atuado no escritório de paisagismo Burle Marx & Cia., e, mais recentemente, pela arquiteta Claudia Storino, servidora do Iphan.

Em 2015, o Iphan atualizou a Lista Indicativa Brasileira para o Patrimônio Mundial¹⁰, com a apresentação à Unesco de seis candidaturas, entre as quais a do Sítio Roberto Burle Marx. A partir de então, foi desenvolvido o longo e intenso processo de candidatura.

O processo seguiu rigorosamente as diretrizes estabelecidas pela Unesco na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural,¹¹ documento que define a estrutura básica e os princípios gerais para o sistema do Patrimônio Mundial. A aplicação desses princípios é orientada pelas *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial*,¹² documento que é periodicamente atualizado e define e especifica todas as etapas do processo de candidatura dos bens à inscrição na Lista do Patrimônio Mundial. As etapas do

¹⁰ Os países signatários da *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* (ver: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>) são responsáveis pela identificação e apresentação à Unesco dos bens culturais, naturais e mistos considerados aptos a serem aceitos como candidatos à inscrição na Lista do Patrimônio Mundial. Esses bens compõem as *Listas Indicativas* de cada país. No Brasil, o responsável pela Lista Indicativa dos bens culturais – caso do Sítio Roberto Burle Marx – é o Iphan.

¹¹ Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133369_por. Acesso em 27/10/2022.

¹² Ver: CENTRO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, Comité Intergovernamental para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial* – Edição em português, versão 2021 – Lisboa: janeiro de 2022. Disponível em: <file:///C:/Users/INFO/Desktop/2022/Artigos/Para%20Vladimir/Diretrizes%20Operacionais%20em%20portugu%C3%AAs%20-%20document-57-36.pdf> Acesso em 29/10/2022.

processo de candidatura estão detalhadas minuciosamente no documento *Manual de Referência para a Preparação de Candidaturas para o Patrimônio Mundial*.¹³ De acordo com o previsto na Convenção, os bens candidatos a serem inscritos na Lista do Patrimônio Mundial devem apresentar um “Valor Universal Excepcional”, que é materializado numa série de “atributos”, e atender pelo menos a um de dez critérios de seleção explicitados nas “Diretrizes Operacionais”.

Com base nessa documentação, e a partir de oficinas e reuniões com a participação da equipe do sítio e diversos outros atores (servidores de vários setores do Iphan, representantes de instituições parceiras e profissionais de vários campos do conhecimento), e com o apoio dos consultores especializados, José Tabacow¹⁴ e Vera Siqueira,¹⁵ foi preparado o Dossiê de Candidatura do Sítio Roberto Burle Marx à inscrição na Lista do Patrimônio Mundial.¹⁶ Esse documento foi encaminhado, em janeiro de 2019, à apreciação da Unesco e à análise de seu órgão consultor, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), e complementado em fevereiro de 2020 por um relatório adicional, acrescentando uma série de informações e detalhamentos solicitados pelo Icomos.

Conforme o determinado nas Diretrizes Operacionais, o dossiê de candidatura incluiu nove seções, cada uma incorporando uma série de assuntos e com foco em determinado aspecto do bem cultural candidato: identificação; descrição, história e desenvolvimento; justificativa para inscrição (apresentando os critérios sob os quais a inscrição foi proposta e a justificativa para inscrição sob tais critérios, além de minutas para as declarações de integridade e autenticidade; requisitos de proteção e gestão; análise comparativa e declaração proposta de valor universal excepcional); estado de conservação e fatores que afetam o bem; proteção e gestão do bem; monitoramento; informação de contato das autoridades responsáveis e assinatura em nome do estado-parte.

¹³ Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/manual_referencia_preparacao_candidaturas_para_patrimonio_mundial.pdf. Acesso em 27/10/2022.

¹⁴ José Waldemar Tabacow é arquiteto paisagista, especializado em Ecologia e Recursos Naturais e doutor em Geografia. É professor de Paisagismo na Universidade Comunitária Regional de Chapecó e na Universidade Católica de Santa Catarina. Foi estagiário e, depois, paisagista colaborador da empresa Burle Marx & Cia Ltda. Foi também diretor do Sítio Roberto Burle Marx.

¹⁵ Vera Beatriz Siqueira é doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), professora associada e pró-cientista da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e autora do livro “Burle Marx”, da série Espaços da Arte Brasileira (Ed. Cosac Naify).

¹⁶ “Nomination of Sítio Roberto Burle Marx for inscription on the World Heritage List”, disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/1620/documents/>. Acesso em 27/10/2022.

A necessidade de responder adequadamente a todos os requisitos da candidatura e explicitar detalhadamente todas as informações que deveriam constar do dossiê foi um grande desafio para a equipe do sítio e seus colaboradores. Ao demandar que fossem minuciosamente estudados, definidos e explicitados todos os assuntos acima referidos (tudo devidamente complementado por gráficos, tabelas, desenhos e fotografias de alta qualidade), obrigou a realização de reflexões aprofundadas sobre o bem e todos os processos envolvidos na sua constituição e preservação, bem como a explicitação clara desses processos. Isso resultou no aprofundamento, por parte da equipe, da compreensão sobre todos esses aspectos do sítio. Representou assim uma contribuição importante, uma oportunidade ímpar de reflexão, de troca e de produção de conhecimento para toda a equipe.

V – Patrimônio em mutação: dinâmica de um bem em efervescência

Durante a elaboração do dossiê de candidatura, as questões afetas à caracterização e proteção da paisagem do sítio constituíram o cerne das discussões.

Por ocasião das missões de assessoramento e de avaliação realizadas por especialistas do Icomos, ficou evidente uma extrema preocupação com a originalidade, planos de gestão, segurança e outros quesitos em que há grande exigência como ponto de partida para um futuro enquadramento como patrimônio mundial. Por várias vezes, a equipe do sítio precisou responder a questões e dúvidas sobre qual era, exatamente, o bem a ser preservado, se o sítio antes do falecimento do paisagista ou se, depois disso, mais de 25 anos passados, teria havido alguma alteração significativa no que ele havia doado ao Governo Federal do Brasil. Mais, a Unesco desejava enfaticamente colocar em destaque os princípios que, ao serem usados por Burle Marx, determinaram a criação do que se convencionou ser chamado de Moderno Jardim Tropical. As perguntas relacionadas com tais dúvidas são de respostas extremamente difíceis, a ponto de refletirmos que nem o próprio paisagista teria condições de respondê-las, em especial porque o dinamismo dos acervos e peças que compõem o Sítio Roberto Burle Marx é intenso, o que obriga a gestão a tomar constantes decisões sobre os embates nas coleções de plantas vivas, cada qual procurando ocupar os espaços disponíveis com prejuízos inevitáveis dos indivíduos que lhes estão à volta. Trata-se de um conjunto de plantas altamente competitivas, que não renunciam a suas exigências vitais, em meio a este ecossistema artificial em que convivem espécies e espécimes de todos os continentes e oriundas das mais distintas condições

ambientais em seus habitats. Uma planta de sol não tolera a vida na sombra e, embora haja espécies que podem se adaptar a ambas as situações (ou que as toleram), essas são características intrínsecas a cada uma, portanto imutáveis! Isso vale também para os solos, a quantidade e proximidade de água e muitas outras circunstâncias vitais. A entrada de novas espécies – afinal, trata-se aqui de uma coleção de plantas vivas – requer estudos bastante detalhados, no sentido de se evitarem futuros conflitos entre vegetais em permanente competição.

Mas estes não são os únicos problemas. Quando entram em jogo alguns fatores mais subjetivos, em especial os estéticos, as dificuldades aumentam em escala exponencial. Para atendimento às exigências da Unesco, houve a necessidade de se aplicar aos espaços do sítio uma perspectiva analítica, o que implicou certa setorização dessas áreas, pautada pelo tipo de uso e ocupação. É preciso registrar, no entanto, que a produção dessa espécie de “mapa de zoneamento” funciona apenas e unicamente como artifício operacional, destinado à organização dos processos de conservação a serem definidos para o bem cultural, e não pode ser assumido como expressão da realidade do sítio.

Foram definidas duas categorias de espaços: “jardins” e “áreas de cultivo de coleções”. Três setores foram considerados como “jardins”: Jardins dos Lagos, Jardins da Casa de Roberto (figura 4) e Jardins do Ateliê. As demais áreas de vegetação, ainda que contivessem grupos de plantas organizados no terreno com critérios estéticos, foram consideradas “áreas de cultivo da coleção” ao ar livre.

Essas duas “categorias” não podem ser compreendidas como se estivessem consagradas por um uso histórico, continuado. Na verdade, ao longo da história do sítio nunca se fez tal distinção, simplesmente porque nunca houve necessidade para tanto. Tampouco o seu criador usou esta ou qualquer outra separação. Para ele, jardins e coleções de plantas se imbricavam, sem limites definidos e sem caráter de coisas imutáveis, perpétuas. Entretanto, pela necessidade de caracterizar bem estes dois tipos de espaço – porque eles têm óbvias diferenças em seus respectivos tratamentos e ocupações dos espaços – decidiu-se por esta compartimentação para efeito meramente cartográfico. Essa setorização que determinou apenas duas categorias de ocupação das áreas com vegetação (“áreas com jardins” e “áreas com coleções de plantas”) foi feita de forma artificial, talvez simplista mesmo; sua adoção irrestrita como documento histórico não é recomendável.

Figura 4 – Jardim frontal à “Casa de Roberto” – Distribuição nítida, com vegetação disposta em grupos com a mesma espécie, um dos princípios de Burle Marx em muitas de suas composições vegetais.



FONTE: Oscar Liberal.

Figura 5 – Parte posterior da “Casa de Roberto”, que foi gradativamente sendo ocupada pela coleção de Velloziaceae. O processo descaracterizou o jardim antes existente. A disposição estética dos conjuntos vegetais foi substituída por um conjunto de plantas com distribuição sob critérios taxonômicos de coleção.



FONTE: Oscar Liberal.

Figura 6 – “Lagos de Baixo”. Ao fundo, matacões (*boulders*) com a perspectiva favorecida pelos lagos.



FONTE: Oscar Liberal.

As mudanças constantes na ocupação das áreas do sítio permeiam com frequência sua história. Como exemplo, o já mencionado jardim nos fundos da “Casa de Roberto”, que foi ocupado pela tardia coleção de Velloziaceae, desaparecendo em sua composição estética (figura 5). E vice-versa: algumas áreas com coleções deram lugar a espaços paisagisticamente tratados, como é o conjunto dos “Lagos de Baixo” em que, maravilhado com a descoberta de enormes *boulders* graníticos, Burle Marx decidiu clarear a área, eliminando a vegetação ao redor do conjunto e criando uma série de lagos para facilitar a visualização das pedras, no que ele denominava *mise-en-valeur* dos elementos rochosos que configuravam aqueles espaços (figura 6).

Cientes da liberdade e da dinâmica que caracterizaram a produção dos espaços verdes hoje existentes e da necessidade de se projetar, neste momento, a sua sobrevivência futura com

a manutenção das qualidades estéticas e científicas que possui, foi preciso assumir como “marco zero” da história futura, a partir de sua inscrição na lista do patrimônio mundial, o momento em que Burle Marx deixou de atuar sobre o seu sítio, considerando finalizada naquele momento a experimentação por ele realizada, que constitui o cerne do reconhecimento pela Unesco.

As áreas de jardim deverão ser preservadas em sua feição atual, levando-se evidentemente em consideração a dinâmica inerente aos jardins, como obras vivas. O plano de conservação para essas áreas determinará os processos rotineiros de manutenção e os critérios de intervenção pontual, para as ocasiões em que sejam necessárias. Para as áreas de cultivo da coleção, serão adotados critérios de conservação mais flexíveis, de modo a viabilizar a alternância necessária de grupos e espécies entre si e com os viveiros. A coleção botânica tampouco permanece imutável; será objeto de um plano de gestão no qual estarão previstas as políticas de aquisição e descarte, ou seja, quais são as plantas cuja incorporação interessa à coleção e, portanto, serão admitidas, e quais tipos – por excesso de produção ou outros motivos – podem ser doados ou permutados.

Identificar com precisão e rigor histórico a configuração dos espaços de “jardim” imediatamente após a ausência de Roberto Burle Marx é um desafio a ser enfrentado a partir de agora. Não se trata de uma orientação patrimonial purista, mas questão de bom senso. Há em todo o processo uma dimensão de subjetividade que, no entanto, não inviabiliza sua efetivação. No que se refere às demais áreas da paisagem (de cultivo de coleção), o estabelecimento de critérios – ainda que certamente menos rigorosos do que os que devem ser definidos para os jardins – é igualmente desafiador. Não há uma configuração que sirva de padrão ou referência a um plano de conservação da paisagem ali existente. Embora esta tenha natureza claramente cultural, comporta-se como qualquer paisagem natural, em que o dinamismo e as mudanças vão dando um caráter inequivocamente evolutivo.

No dossiê, houve um cuidado muito grande de se evidenciar o artificialismo criado apenas para satisfazer aos quesitos circunstanciais. E com a preocupação, ao criar tal classificação, de que ela possa vir a ser simplificada ao longo dos processos de gestão, sendo posteriormente aceita como uma classificação científica, portanto, segura, quando o criador do sítio jamais pretendeu algo definitivo, imutável que sacrificaria os motivos originais da construção do sítio: a experiência, a observação e o aprendizado.

Nesse sentido, a finalidade principal de uso da propriedade, fixada por Burle Marx na escritura de sua doação ao governo federal do Brasil como instituição de produção e transmissão

de conhecimento, está mantida. Há nele um campo imenso para a pesquisa científica – especialmente considerando a coleção botânica, banco genético ainda em processo de catalogação e pouco explorado – e para o desenvolvimento de atividades culturais. Ainda que tenha cessado como exercício paisagístico, a experimentação continua acontecendo e produzindo resultados, como por exemplo, no desenvolvimento dos processos de cultivo e no tratamento técnico e fitossanitário das espécies botânicas. O sítio permanece preservado em seus aspectos de arte, técnica e ciência.

VI – O futuro: referências e compromissos

Em sua 44^a sessão, realizada na cidade de Fuzhou, China, entre 16 e 31 de julho de 2021,¹⁷ o Comitê do Patrimônio Mundial adotou unanimemente a decisão de inscrever o Sítio Roberto Burle Marx na Lista do Patrimônio Mundial, na categoria de Paisagem Cultural.¹⁸

O “Valor Universal Excepcional” adotado na decisão é centrado na coleção botânica e sua aplicação. Tem por base o caráter de laboratório do sítio, “que ilumina o modo como um dos grandes paisagistas do século 20 desenvolveu seus projetos influentes” e “levou ao desenvolvimento do que ficou conhecido como Jardim Tropical Moderno, uma importante expressão do Movimento Moderno no campo do paisagismo que influenciou em grande medida a elaboração de parques e jardins desde meados do século 20 no Brasil e ao redor do mundo”. O sítio é considerado “importante como manifestação física das abordagens de Burle Marx, seus princípios e suas plantas, bem como pelo modo como permite uma compreensão das características-chave de projeto que ele usou repetidamente em seus projetos”.

O bem cultural foi classificado nos critérios (ii) e (iv), nos quais as ideias centrais estão, respectivamente, relacionadas a “um intercâmbio importante de ideias sobre paisagismo” ligado “ao movimento da arte Modernista na Europa” (ii) e ao reconhecimento do sítio como “laboratório paisagístico” descrito como “um exemplo excepcional de paisagem que demonstra o desenvolvimento de um novo tipo de paisagismo que fundiu ideias criativas do Movimento

¹⁷ A avaliação da candidatura do SRBM havia sido prevista para ocorrer em 2020, porém, em virtude da pandemia de Covid-19, a 44^a sessão do Comitê do Patrimônio Mundial foi suspensa naquele ano.

¹⁸ Decisão 44 COM 8B, 27, adotada pelo Comitê do Patrimônio Mundial em sua 44^a sessão ampliada, realizada em Fuzhou, China, em junho de 2021. Tradução Claudia Storino. O texto da Decisão, conforme adotado, incluindo a Declaração de Valor Universal Excepcional pode ser acessado em:

<https://whc.unesco.org/en/decisions/7946/>. Acesso em 8/10/2022.

de Arte Moderna com tipologias locais e plantas tropicais para criar um estilo que em última instância ficou conhecido como o jardim tropical moderno”, “importante como manifestação física das abordagens de Burle Marx, seus princípios e suas plantas, bem como pelo modo como permite uma compreensão das características-chave de projeto que ele usou repetidamente em seus projetos” (iv).

A partir da inscrição, o sítio passou a um novo patamar em termos de patrimônio cultural; ampliou sua visibilidade e o respaldo para sua preservação, e por outro lado assumiu também maiores responsabilidades.

Ao encaminhar a Decisão 44 COM 8B.27, o Comitê do Patrimônio Mundial “Recomenda que o Estado-parte, com a consultoria do Icomos e do Centro do Patrimônio Mundial, caso solicitada, considere com urgência” uma série de recomendações a serem atendidas, cuja implementação deve ser objeto de um relatório a ser encaminhado pelo Brasil, até 1º de dezembro de 2023, ao Centro do Patrimônio Mundial, para exame pelo Comitê em sua 47ª sessão. As recomendações incluem o fortalecimento do Plano de Gestão e da proteção para a Zona de Amortecimento e o entorno imediato do bem, e a garantia da produção de Avaliações de Impacto ao Patrimônio Cultural para qualquer proposta que possa potencialmente impactar o Valor Universal Excepcional do bem. Solicitam também: “*definir detalhadamente, através de uma abordagem colaborativa multidisciplinar, os atributos do bem e seu grau de preservação, com base na análise de: mapas, levantamentos e materiais iconográficos relacionados ao bem no momento da morte de Roberto Burle Marx; mapas, levantamentos e documentação fotográfica no momento presente; pesquisa e análise de arquivos e coleções de arte*” e, “*com base na definição completa dos atributos de Valor Universal Excepcional, produzir um Plano de Conservação para as paisagens projetadas do bem*” (UNESCO, 2021, p. 4).

Nesse ponto se encontram atualmente centradas as atividades de pesquisa em desenvolvimento no sítio, visando atender às citadas recomendações. Partindo de uma análise e descrição detalhada dos diversos setores de cada jardim, pretende-se registrar sua configuração física, o histórico de seu desenvolvimento, os modos de cultivo e manutenção, as práticas fitossanitárias, os pontos importantes da composição plástica e outros aspectos, de modo a traçar os critérios e diretrizes que virão a compor o plano de conservação, visando preservar a integridade e a autenticidade desses lugares, conforme fixado na Decisão do Comitê do Patrimônio Mundial.

A definição de um plano de conservação para a paisagem do sítio e seus jardins é um desafio importante e uma providência indispensável para a garantia de sua preservação, especialmente tendo-se em vista que o momento histórico subsequente à morte de Roberto Burle Marx, no qual as práticas de conservação dessa paisagem e da coleção botânica se mantiveram operantes e eficazes com base no conhecimento adquirido cotidianamente e nos processos aprendidos e transmitidos oralmente está chegando ao fim, em virtude tanto da aposentadoria dos funcionários e colaboradores mais antigos quanto das demandas de se adequar a instituição a sistemas de gestão e processos técnicos e administrativos atuais.

A demanda é, portanto, correta, pertinente e conveniente. É de fato uma tarefa importante descrever minuciosamente, medir, fotografar, desenhar, registrar as características dos jardins, avaliar e definir mais claramente os atributos elencados na candidatura e, com base nesse cabedal de dados, traçar normas e diretrizes para a conservação do bem e a manutenção do seu Valor Universal Excepcional.

Como já indicado, a tarefa não é simples; além de física e tecnicamente complexa, incorpora aspectos de subjetividade que não podem ser contornados. Demanda que se vá além da materialidade. Como identificar, captar e proteger os aspectos que conferem ao lugar o encantamento, a aura? Como garantir a preservação de elementos intangíveis que, na perspectiva de Burle Marx, fazem parte dos jardins, como a luz, os sons, o vento, bem como a ambiência e a relação com o entorno? Está em curso o enfrentamento desse desafio.

Conclusões

Trabalhar na direção da preservação do bem cultural Sítio Roberto Burle Marx, essa grande obra de arte, técnica e ciência em quatro dimensões, implica atender aos seus múltiplos modos de expressão e existência. Implica estarmos atentos às recomendações da legislação e dos tratados internacionais, contemplarmos em profundidade os detalhes de sua constituição física, compreendermos seu processo de desenvolvimento histórico e muito mais. Nesse processo, levamos em conta as palavras do poeta Manoel de Barros: “... que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balanças nem barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós” (BARROS, 2015, p. 125).

Referências

BARROS, Manoel de. “*Sobre Importâncias*”, in **Meu quintal é maior do que o mundo** [recurso eletrônico] / Manoel de Barros. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

BBC, British Broadcasting Corporation. **Documentário *Lost Paradise: The Gardens of Roberto Burle Marx***, produzido em 1992, in *Omnibus* (London, England: BBC Worldwide, 2013).

CALS, Soraia. **Roberto Burle Marx: uma fotobiografia**. Rio de Janeiro: S. Cals, 1995.

DIAS, Robério. Entrevista concedida em dezembro de 2008 à revista “**FOLHA**”, da Sociedade dos Amigos de Roberto Burle Marx, publicada em maio de 2009. Disponível no blog do paisagista, “Escritos na Paisagem”, em: <http://escritosnapaisagem.blogspot.com.br/2009/06/entrevista.html>.

IFLA, **Conselho Regional e Conferência IFLA Américas 2018**. Carta da Paisagem das Américas. Cidade do México: Seminário de Cultura Mexicana. 2018. Versão em português: Lúcia Veras e Luciana Schenk.

IPHAN. **Dossiê de candidatura do Sítio Roberto Burle Marx para inclusão na Lista do Patrimônio Mundial**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Rio de Janeiro: 2019. (Documento de trabalho; versão em português, não publicada.)

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007 p. 152. – (Pesquisa e Documentação do IPHAN: 1).

RIZZO, Giulio G. **Il Giardino Privato di Roberto Burle Marx: Il Sítio. Sessant’anni dalla fondazione. Cent’anni dalla nascita di Roberto Burle Marx**, Roma: Gangemi Editore, 2009.

SANTOS, Magaly de Oliveira Cabral; RODRIGUES, Marcus Vinícius Macri e OLIVEIRA, Carlos Daetwyler Xavier de (Orgs.). **República em Documentos: Jardim Histórico do Museu da República**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2019. 80 p.: il.; 21cm. (Documentos Museológicos n. 4).

SILVA, J. M. da, FERREIRA, R. M. C., FEITOSA JÚNIOR, W. B., COSTA, T. S., CARVALHO, E. **Exercício de Conservação do Jardim Histórico do Conjunto Moderno da Sudene: Uma Experiência Didática no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco**. São Paulo: Paisag. Ambiente: Ensaios, v. 31, n. 45, e165344. 2018.

SIQUEIRA, Vera Beatriz. **Burle Marx: Espaços da Arte Brasileira. – Arte e paisagem: conferências escolhidas**. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

TV BRASIL. documentário “**Burle Marx**”, parte 4 (7:19). 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r1W-Vv9u92I&index=5&list=PLp5b8MkaqtmK9JqJyMiE8YJTIDbbJeHTr>. Acesso em 26 abr 2023.

TV BRASIL. documentário “**Burle Marx (2/3) – De Lá Pra Cá**”. 20/04/2009 – (2:40). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bFX3UjOwHPE>. Acesso em 18 jun 2022.

UNESCO. **Carta da Sra. Mechtild Rössler**, Diretora do Centro do Patrimônio Mundial, enviada em 12 de agosto de 2021 ao Delegado Permanente do Brasil junto à UNESCO, Embaixador Santiago Irazabal Mourão. Tradução de Claudia Storino. Acervo Sítio Roberto Burle Marx.

UNESCO. **Comitê do Patrimônio Mundial. Decisão 44 COM 8B, 27.** Fuzhou, China: 2021.
Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/decisions/7946/>. Acesso em 8 out 2022.

Recebido em 06 de dezembro de 2022 | Aceito em 09 de março de 2023



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional